

TUCURUÍ - UMA ANÁLISE DA VISÃO DO ESTADO SOBRE O CAMPESINATO

Sônia Barbosa Magalhães¹

RESUMO - Neste artigo, o autor analisa parte do material escrito pela ELETRONORTE sobre a implantação da hidrelétrica de Tucuruí, na Região do Médio Tocantins, contrapondo-a à literatura produzida sobre esta região. Trabalha particularmente com as informações sobre o campesinato, e tenta mostrar como as pré-noções que informam a atuação estatal, interferem na relação que se estabelece entre o campesinato e o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato da região do Médio Tocantins - Amazonas, Usina Hidrelétrica Tucuruí, Transferência de Populações, Relação Campesinato e Estado.

ABSTRACT - In this article, the author analyzes the material written by ELETRONORTE about the Tucuruí hydroelectric dam, in confrontation with historical information about the peasants of Tocantins River Valley, and attempts to show how the government previous notions intervene in this relation between the peasantry and the government.

KEY WORDS: Peasants of Tocantins River Valley-Amazonia, Hydroelectric Power Plant, Relocation Policy, Peasants - Government Relations, Tocantins River Valley - Historical Informations.

¹ MCT-PR/CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pesquisadora. Doutoranda em Antropologia Social/Museu Nacional.



INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um dos resultados parciais de uma investigação em curso sobre o modo pelo qual as iniciativas políticas dos camponeses interferem na política social do Estado, tomando como referencial para análise a intervenção do Estado Brasileiro, através da ELETROBRÁS e suas subsidiárias, para viabilizar a geração de energia hidrelétrica². O referencial empírico é o campesinato da região do Médio Tocantins, no estado do Pará - Amazônia Brasileira, deslocado compulsoriamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, realizada pela ELETRONORTE.

As iniciativas do Estado, através de empresas do setor elétrico, produzem uma situação social específica sobre a qual se elaboram pelo menos dois pontos de vista, em termos de avaliação, interpretação e classificação dos processos sociais que nela têm lugar. Um ponto de vista de quem produz a iniciativa e outro do grupo(s) social(is) sobre a qual ela incide. A elaboração destes pontos de vista, por sua vez, joga um peso importante na produção de uma certa legitimidade que a dominação intrínseca a este tipo de empreendimento supõe. Afinal, trata-se de efetivar uma rápida, violenta e intensa transformação para cuja decisão contribuem diversos interesses³.

Uma das justificativas acionadas pelo setor elétrico para a produção de um discurso de legitimação de suas intervenções é o reduzido nível de desenvolvimento sócio-econômico da região onde se localiza o empreendimento hidrelétrico, cuja aferição é geralmente realizada

² O produto final desta investigação deverá se constituir em uma tese de doutoramento que conta com a orientação da Profa. Lygia Sigaud, PPGAS-Museu Nacional/UFRJ. Na qualidade de orientanda, tenho participado do Projeto de Pesquisa "Mediações Culturais da Luta Política do Campesinato" (Sigaud, 1988), de modo que muitas das formulações contidas neste trabalho são debitadas à proposta analítica contida neste Projeto.

Uma versão preliminar deste texto foi apresentada por Sigaud (1989), no Seminário Avaliação de Aspectos Sociais de Produção de Energia Hidrelétrica realizado por COPPE/Museu Nacional/USP.

³ A respeito da constituição de um campo de interesses quando da implantação de hidrelétricas, ver Sigaud (1987). Sobre os interesses empresariais e sua articulação com as iniciativas estatais, ver Klein (1987) e Mielnik & Neves (1988).

através dos chamados “diagnósticos sócio-econômicos”⁴, e de uma série de levantamentos “técnicos” que informam sobre a realidade social sob intervenção. No que se refere a estes diagnósticos e à visão da realidade social que eles informam, Sigaud (1986, 1989) tem salientado o “desencontro” que se verifica entre o modo como a sociedade se organiza e a concepção que as empresas do setor elétrico têm desta sociedade, especialmente no que diz respeito à situação social de grupos camponeses. Concepção, ademais, eivada por uma visão de um Estado redentor e protagonista do desenvolvimento.

Trata-se neste texto de evidenciar especificamente para o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí quais princípios informam a concepção que a ELETRONORTE tem de sua atuação e da realidade social sobre a qual procedeu à intervenção. Pelo extraordinário das situações que se verificam em Tucuruí, no discurso da ELETRONORTE, encontra-se um campo fértil para se refletir sobre a construção das fontes de legitimação que permeiam as relações entre o Estado e a sociedade. A inusitada localização da hidrelétrica - na Amazônia -, em relação a empreendimentos anteriores, contribui para tornar mais evidente a visão messiânica que o Estado tem de si, ao se revelar se percebendo como estando nas fronteiras da civilização. Por outro lado, a implantação de hidrelétricas na Amazônia passa a ser elaborada a partir de um discurso que resgata um antigo ideário nacional de “domínio da natureza”, de “exploração das riquezas nacionais”, enfim, de concretização do “país do futuro”⁵.

Assim é que objetivo resgatar alguns princípios subjacentes a esta intervenção estatal, princípios que desempenham um papel importante para os processos sociais que são desencadeados a partir de iniciativas

⁴ Há outras justificativas que se colocam, por exemplo, a nível do crescimento da demanda energética. Para uma crítica sobre os indicadores utilizados pela ELETROBRAS e subsidiárias ao estimar o crescimento do consumo de eletricidade no Brasil, ver: Graça (1989).

Em relação aos “diagnósticos sócio-econômicos”, Sigaud (1988:1/2) coloca: “elaborados sempre a partir de uma mesma matriz classificatória (...) em geral ignora todo o conhecimento já produzido sobre a área a ser estudada e trabalham apenas com as estatísticas oficiais ou com dados coletados pelas próprias empresas. As populações, objeto das caracterizações, são sempre apresentadas como uma totalidade passível de ser decomposta numericamente em categorias pré-estabelecidas e organizadas sob a forma de pares de oposição (...)”.

Estes diagnósticos, a partir de 1986, com as modificações introduzidas na legislação ambiental passam a integrar os chamados “Relatórios de Impacto ambiental”.

⁵ Ver em Velho (1979, especialmente caps. X e XIII) como a retórica sobre os “grandes espaços vazios” contendo “vastos recursos” perpassam as iniciativas governamentais desde os primeiros anos deste século.

deste gênero. Tais princípios importam ser resgatados, da perspectiva aqui adotada, na medida em que desmistificam a aparente neutralidade de uma relação social, cujos contornos estão dados pela desigualdade a nível político, econômico e simbólico dos grupos em questão. Importam, pois, especificamente, pelas conseqüências que são geradas para os grupos camponeses, evidenciando que a forma pela qual se elabora e se concretiza a intervenção estatal está atrelada a projetos e interesses socialmente bem definidos.

Desta perspectiva, no texto que se segue, após o arrolamento de alguns dados gerais que caracterizam o tipo do projeto e evidenciam as constantes alterações consideradas técnicas que se verificaram ao longo de sua implantação, tenta-se articular dados históricos sobre a região do Médio Tocantins, região na qual se localiza a usina, de modo a elucidar a forma pela qual se deu a constituição de um campesinato nesta área e fornecer o quadro social que será contraposto à visão que a ELETRO-NORTE produz sobre a mesma região. Esta região do Estado do Pará é particularmente bem documentada na literatura⁶, fato que permite uma reconstrução criteriosa da situação regional anterior à implantação do empreendimento hidrelétrico. Conta-se, ademais, com um determinado investimento etnográfico que permite contextualizar e relativizar análises mais gerais, pontuando, quando necessário, a sua pertinência para determinadas situações específicas. Em seguida, tenta-se mostrar como a ELETRONORTE se instala, em um momento de intensas transformações, portando determinados pressupostos que lhe permitem desconhecer aquela história constituída, e, no limite, subestimar em termos qualitativos e quantitativos a existência do campesinato na região⁷. Estes pressupostos conjugados com fatos relativos à própria construção do

⁶ Pode-se contar em termos de literatura com: relatos de "expedições geográficas", desde o final do século passado, como por exemplo Coudreau (1898/1980), Paternostro (1945), Barbosa de Oliveira (1941); trabalhos suscitados pela importância da economia extrativa, como os de Dias (1958, 1959, 1969). E, especialmente os trabalhos de Velho (1981/1972 e 1979/1974) e Laraia & Matta (1967/1979) que, como antropólogos, salientam em suas análises vários dos pontos aqui privilegiados. Foi sobretudo a partir dos trabalhos de Velho que pudemos fazer a análise aqui apresentada.

⁷ Estou utilizando o conceito de camponês (campesinato) para designar o pequeno produtor rural que produz com base no trabalho familiar. Para efeito deste trabalho não se considerou a diversidade interna existente entre o campesinato aqui mencionado.

empreendimento desdobrar-se-iam em conseqüências práticas para a população camponesa: a maioria desta população é considerada como população urbana, sendo minimizada a importância de uma transferência para a área rural, e, conseqüentemente, um plano que contemplasse devidamente as especificidades das populações camponesas.

Dados gerais sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Conforme referido anteriormente, este item teria o objetivo apenas de apresentar alguns dados gerais que informassem sobre o tipo do projeto. É preciso chamar atenção, entretanto, para um certo caráter de improvisação e/ou de contingência que cercou a implantação do empreendimento e que se pode depreender das constantes alterações em determinados dados do projeto, tal como veremos a seguir. Este caráter foi possível de ser aprendido rastreando a maior parte possível de informações produzidas sobre o projeto, em diversas épocas, desde 1976. E, considerando todas as versões como informações igualmente válidas, não elegendo, por conseguinte, a versão mais recente como a mais correta. Este caráter de improvisação e/ou de contingência aludido é, para o que aqui se pretende, particularmente claro no que diz respeito à área inundada e ao número de pessoas deslocadas⁸.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída pela ELETRO-NORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil), subsidiária da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), no trecho Médio do Rio Tocantins, na região sudeste do Estado do Pará, a treze quilômetros da cidade de Tucuruí, no período compreendido entre 1975 e 1985.

A decisão política de construção desta Usina foi tomada no interior do Ministério das Minas e Energia, em 1974 (ELETRONORTE, 1983a:6). E não havia àquela época nem definição dos recursos para a sua execução (Klein, 1987:96), nem estavam finalizados os estudos de

⁸ Cf. Eleres (1984) "(...) Pelo menos em três eventos importantes da obra, seus executores falharam (...)":

- 1) no dimensionamento da área de alagação (...)
 - 2) no dimensionamento da ensecadeira. Calculada para uma vazão do Rio Tocantins na ordem de 51.000 m³/s, quase rui, ao receber uma vazão não prevista de 68.000 m³/s (...)
 - 3) no conhecimento pleno da estrutura do solo da área alagável quando se revelou existirem milhares de canáliculos produto da ação de térmicas há 12.000 anos passados, conforme a revista *Ciência Hoje*, edição de maio/junho/84 (...)"
- Sobre o superdimensionamento e o posterior subdimensionamento da área da inundação e as suas conseqüências para a população camponesa, ver Magalhães (1988).

inventário hidrelétrico da Bacia do Araguaia-Tocantins (ELETRO-NORTE, 1976), somente concluídos ao final de 1975. Ainda em 1975 foram feitos os estudos de viabilidade da usina, iniciados os trabalhos para elaboração dos Projetos Básico e Executivos, contratados também neste mesmo ano (*id:ibid*), e assinado o contrato para a execução das “obras civis preliminares” (ELETRO-NORTE 1976). A realização destas atividades foi “preponderantemente marcada” por, entre outros fatores, “falta de observações hidrológicas adequadas” e “pela contingência de terem os trabalhos de ser executados simultaneamente” (ELETRO-NORTE 1976)⁹.

A construção de Tucuruí, inserida tanto num programa mais amplo de desenvolvimento preconizado pelo governo brasileiro nos anos 70 para a Amazônia (Pinto, 1982:16), quanto no quadro da política brasileira de geração de energia hidrelétrica consolidada também neste período (ELETROBRÁS: 1987:197), teria, então, os seguintes objetivos: gerar “energia farta e barata” para atender às demandas dos grandes projetos minero-metalúrgicos que seriam ou estavam sendo implantados na região (ELETRO-NORTE 1984a:5); “abastecer Belém e, de quebra (*sic*), salvar o Nordeste de racionamento de energia elétrica” (ELETRO-NORTE 1983a:9). Com o objetivo único de gerar energia, previu-se apenas no lay-out da planta do barramento a construção de eclusas, agregadas à usina (ELETRO-NORTE *s.d.*), que viabilizariam a hidrovia Araguaia-Tocantins, sem data prevista para execução e até o momento não concluídas.

O início do represamento parcial das águas se deu em 1979, quando o Rio atinge a cota de 35,00 metros, (Brasil... 1977:32; e Energia... 1978); e o represamento total assim como a inauguração da Obra, esta inicialmente prevista para 1981, cf. ELETRO-NORTE (1977), foram por três anos consecutivos prorrogados até 1984. É considerado, de acordo com os dados conhecidos atualmente, como concluído o enchimento do Reservatório, o mês de março de 1985, (ELETRO-NORTE 1988:1), tendo a Usina sido inaugurada quatro meses antes, isto é, em novembro de 1984, com uma previsão de potência instalada de 4.000 MW, nesta primeira etapa, (ELETRO-NORTE 1988:1). Em fevereiro de 1988, a potência total instalada era de 2.680 MW, (ELETRO-NORTE 1988:1).

⁹ Da perspectiva do setor elétrico há uma “seqüência” de estudos que precederiam a implantação de um empreendimento, na seguinte ordem: estimativa do potencial hidrelétrico; inventário; viabilidade; projeto básico; e, projeto executivo/construção., Cf. ELETROBRÁS (1986).

A área do reservatório, inicialmente prevista para 1.630 Km², (Pinto 1988 e Eleres 1984), foi aumentada para 2.160 Km², (ELETRO-NORTE 1977), e, posteriormente, 2.430 Km², (ELETRONORTE 1981:n/p e ELETROBRÁS 1987:56). No entanto, em 1976, estava prevista no Decreto nº 78.659 de 1 de novembro, que decretou de utilidade pública a área total necessária à implantação da usina, inclusive o reservatório, a desapropriação de uma área de 8.181,3749 Km². Após o enchimento do reservatório foi constatada uma área inundada de 2.830 Km², (ELETRONORTE 1988:1 e 86), na cota 72,00 metros, considerada como correspondente ao nível máximo normal de operação (ELETRONORTE 1988:17). O nível máximo excepcional é previsto para a cota 74,00 metros (ELETRONORTE 1988:17), ou para a cota 76,00 metros (ELETRONORTE s.d.), mas não se tem dados disponíveis sobre a área total que seria inundada em tal circunstância. O lago formado, inicialmente previsto com comprimento de 200 Km, (ELETRONORTE 1977), tem 170 Km de extensão, cerca de 1.800 ilhas, e um perímetro total estimado de 6.400 Km (ELETRONORTE 1988:1).

Para a formação deste lago, foram parcialmente inundadas terras dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, e Rondon do Pará, (ELETRONORTE 1988:1); uma sede municipal - Jacundá - e vários povoados. No decreto de desapropriação, acima mencionado, previa-se a inclusão dos seguintes municípios: Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí. Em relação ao número de pessoas compulsoriamente deslocadas são vários os dados disponíveis, conforme se verá adiante. De todo modo, pode-se antecipar que além dos índios Parakanã e dos índios Gavião da Montanha estimava-se, em 1985, em aproximadamente 4.300 o número de famílias transferidas pela ELETRONORTE, sendo desconhecido o número daquelas que não se submeteram a esta alternativa, (Brasil... 1985:4); em 1987, estimava-se em 6.000 o número de famílias transferidas por aquela empresa, (FUN-DAP 1988:69).

Sobre a região do médio Tocantins e a constituição do campesinato

Do que se pode depreender da literatura produzida sobre a região do Médio Tocantins, em torno de três elementos, configurar-se-ia a história desta região do início do século até os anos 60/70¹⁰: a abundância

¹⁰ Cf. Laraia & Matta (1979) e Velho (1981), embora se registrem tentativas de colonização e de exploração do Médio Tocantins desde a segunda metade do século XVIII, com a descoberta de alguns produtos extrativos, entre os quais a castanha; com expedições religiosas para pacificação dos índios; e, com os incentivos concedidos pelo governo para o povoamento, somente no século XX tentativas nesta direção lograriam êxito.

de castanhais que fortaleceriam uma economia de base extrativista; a dificuldade de transporte e, ou, do escoamento dos produtos extrativos provocados por um longo trecho encachoeirado do Rio Tocantins e que viria a ser contornada com a construção da Estrada de Ferro Tocantins; e uma ocupação humana predominantemente indígena que começa a se alterar a partir dos anos 20 deste século, em decorrência do incremento da própria economia extrativa e, ou, da “frente de expansão” camponesa proveniente do Maranhão, principalmente, e de Goiás.

Esta região, que compreende os municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga e Marabá, é reconhecida como tendo sido a maior produtora de castanha do Estado do Pará, posição esta que foi assumida logo após o declínio da produção do caucho, de resto nem tão abundante, nem tão duradoura quanto a castanha nesta área.

Exatamente no período que medeia entre os anos 20 e 40, quando se registra o “grande colapso” da “história econômica” da Amazônia, cf. Santos (1980:229), esta região se colocará como a maior exportadora de castanha, segundo Velho (1981:47), chegando a produzir cerca de 60% do total da produção do Estado. De acordo com Velho (1981:46), “toda a Amazônia iria passar por um período de involução, de que só começaria a se recuperar lentamente por volta de 1940”. Marabá, no entanto, manter-se-ia distante da “decadência geral” (Velho 1981:48) e aproveitando-se da infra-estrutura antes direcionada para a exploração da borracha (Velho 1981:50), classificar-se-á como o segundo município do Estado do Pará, suplantado apenas por Belém, à época já capital deste Estado. Em 1938, a importância deste produto na economia é ressaltada por Oliveira (1941, citado por Velho, 1981:62) - “A castanha é hoje o sustentáculo da máquina administrativa do Pará. Em torno dela giram as leis, os regulamentos, os negócios e as negociatas (...) a grandeza dessa atividade extrativa (...) desde a crise da borracha, sustenta o brilho da civilização paraense (...)”.

Durante a primeira metade da década de cinquenta, mais de 2/3 da exportação da Amazônia, cf. Dias (1959:517) estavam representados pela castanha, sendo esta o segundo produto de exportação em valor na Amazônia como um todo, e o primeiro no Estado do Pará. A zona do Médio Tocantins seria a responsável por quase dois terços desta produção (Dias 1959). Em 1967, de toda a produção de castanha do País, oriunda de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas, Roraima e Mato Grosso, 48.5% eram provenientes do Médio Tocantins.

Neste quadro, os municípios de Marabá e Itupiranga destacar-se-iam como áreas de “castanhais extremamente ricos”, cf. Velho (1981:52), que se estenderiam pela margem esquerda do Rio Tocantins, atravessando os municípios de Tucuruí e de Jacundá. Tucuruí e Jatobal, este último pertence ao município de Jacundá, estes destacar-se-iam também por serem pontos de baldeação para o transporte da castanha. Jatobal, ao sul de Tucuruí, embora não fosse a sede do município de Jacundá, era o “núcleo mais importante” deste município (Laraia & Matta 1979:98), porque ponto final da Estrada de Ferro Tocantins. Estrada através da qual se contornava as cachoeiras que impediam a navegação neste trecho do Rio, até alcançar a cidade de Tucuruí. De acordo com estes autores, em 1961/62 Jatobal era um “pequeno lugarejo, de pouco mais de mil habitantes, cuja feição começava a ser alterada em função da instalação de uma “firma especializada na extração e exportação de madeira de lei (...) (que) acabou por roubar cerca de três mil homens aos castanhais” (Laraia & Matta 1979:48-99). Tucuruí, constituindo-se, pois, no ponto de articulação entre a Estrada de Ferro e a navegação no Rio Tocantins, sediaria os armazéns destinados à estocagem da castanha trazida de Marabá e que seria transportada para Belém, através de “motores” e “pentas” (Velho 1981:55/56).

A importância da Estrada de Ferro Tocantins¹¹ na economia regional estava evidenciada também no próprio desenho da cidade de Tucuruí. Em 1961/62, esta cidade é descrita como “dividida em duas zonas, uma onde se encontram as instalações da estrada de ferro e outra onde se localizam o mercado, casas, igreja, comércio, e o porto. As diferenças existentes entre estas duas zonas são bem nítidas (...) quando a noite chega pode-se notar uma verdadeira delimitação de cada zona; enquanto a primeira é iluminada pela energia elétrica fornecida pela estrada de ferro, a segunda fica mergulhada na escuridão (...)” (Laraia & Matta 1979:99).

As áreas de exploração dos castanhais eram, predominantemente, até os anos 30 “livres” (Velho 1981:59-60). Eram os chamados ‘castanhais do município’, onde qualquer indivíduo mediante matrícula nas prefeituras, poderia retirar castanha. Esta situação vai se alterando no final dos anos 30, quando são instituídos pelo Governo do Estado os “arrendamentos provisórios” (Velho 1981:59) que viriam a ser consolidados a partir do Estado Novo, com a regulamentação do

¹¹ Os trabalhos da Estrada de Ferro Tocantins foram iniciados em 1895, e, em seguida interrompidos. Em 1905, os trabalhos foram retomados e nos três anos seguintes foram construídos 43 Km. A partir de 1927 os trabalhos são reiniciados, construindo-se o trecho de 117 Km, que unia Tucuruí a Jatobal. Em 1973, esta Estrada foi desativada.

“Serviço de Arrendamento de Terras para exploração de Produtos Nativos”. Por esta época, os arrendamentos eram concedidos anualmente, com possibilidade de renovação por igual período (Velho 1981:61); o “sistema de loteamento” era “feito partindo sempre das margens do rio para o interior, a frente da propriedade paralela ao curso d’água”, de acordo com Dias (1959:520). Aquela regulamentação seria alterada a partir de 1954, através da introdução de maiores facilidades para a renovação das concessões estaduais, instaurando-se o que Velho (1981:74) denominou de possibilidade de “aforamento perpétuo”.

Assim é que, em 1955, 53% da produção de castanha nos municípios de Marabá e de Itupiranga eram provenientes de terrenos devolutos; 28% de terrenos arrendados e 19% de terrenos de propriedade particular, girando em torno do arrendamento destas terras toda a política do Estado (Dias 1959). Segundo Velho (1981:61), este sistema de aforamento acabou por dificultar a concentração da posse da terra até a metade dos anos 50, quando, cf. Emmi (1988:109), se verifica uma “concentração do domínio das áreas de castanhais por grupos familiares” que, perante o Estado, se apresentavam como requerentes individuais.

É em torno desta economia extrativista que emergiria a constituição do campesinato nesta região. Como observa Velho (1981), embora se tratasse de uma atividade que permitia a migração sazonal, especialmente dos habitantes do Baixo Tocantins e do Tocantins maranhense, “um certo contingente de indivíduos não poderia deixar de se fixar”, seja em função do “deslocamento de distâncias maiores” seja “em função mesma da ampliação do mercado consumidor de gêneros primários, em uma área que se caracterizava pela dificuldade de comunicação com outras fontes abastecedoras”. Seria assim, pois, que aos poucos, surgiria uma pequena agricultura de beira de rio (igarapé) ou de lago e nas ilhas; isto é, em territórios menos cobiçados para outras atividades (Velho 1981:66-69), consideradas mais importantes, como a castanha.

Este perfil da economia extrativa de castanha seria preponderante até os anos 50/60, tendo sido ligeiramente alterada no final da década de 40/50, pelo que Velho (1981:69) denominou de “frente mineradora norte-goiana”, com a exploração de diamante e posteriormente de cristal de rocha. Esta frente, embora do ponto de vista da economia como um todo tivesse resultados “relativamente modestos” teria, no entanto, conseqüências locais importantes (Velho 1981). Como atividade desenvolvida principalmente no verão tornar-se-ia complementar à castanha funcionando como “um importante fator de fixação da mão-de-obra na

região”. Surgiriam as “famosas corrutelas” que acabariam por fomentar o interesse pela agricultura, até então uma atividade secundária à extração da castanha, cf. Velho (1981:71/72).

Alguns dos integrantes desta “frente”, que permaneceram na região, referem-se igualmente ao significado secundário da agricultura neste período, mencionando entretanto uma certa diferenciação econômica que permitia a preponderância da atividade mineradora apenas para uma parcela do campesinato que podia dispor de instrumentos de trabalho apropriados para a mineração durante o “inverno” amazônico; e, portanto, prescindir da atividade extrativa da castanha.

P. - O garimpo, então, era no verão?

R. - No verão. Prá o pequeno produtor, o pequeno homem como se fala, ele era no verão. Agora prá quem tinha condição... eu mesmo ainda cheguei a tocar aparelho... prá quem tinha condição era o tempo todo.

P. - Mas, se era no verão... verão também é época da broca, então não dava prá fazer roça? Ou dava?

R. - É, é, é, no verão. Mas nesse tempo o pessoal não se dedicava tanto a produzir, a cultivar, à vivenda da agricultura não. Pessoal nesse tempo se preocupava mais com o garimpo. Logo era uma terra difícil, né, de escoar o produto; tinha que ser por água, por via marítima, aí, com isso a gente se preocupava mais (com o garimpo), a gente chegou ainda a comprar gêneros alimentícios em Marabá, muitas vezes, né. Vinha de Marabá”.

(trecho de entrevista realizada com o Sr. “A”, que trabalhou no garimpo de Ipixuna (diamantes), em 1958).

Assim é que, atraídos, inicialmente, pelo boom da economia extrativa da castanha, os camponeses provenientes, sobretudo do Maranhão, e do Baixo Tocantins, como vimos, começam a fixar-se na área, especialmente a partir da década de 30, combinando a atividade de castanheiro, com atividades de caça e de pesca, (Laraia & Matta 1979), e com uma agricultura de subsistência cultivada na beira-do-rio ou em lagos e ilhas. A partir dos anos 40, a exploração mineral, além de promover um outro fluxo migratório, conforme pudemos observar, torna-se também uma atividade complementar à extração dos castanhais, permanecendo

com uma certa vitalidade até os anos 50 e, desde então, como atividade alternativa, especialmente em momentos de crise. Esta diversificação de atividades se dava, pois, no “plano individual”, isto é, o mesmo indivíduo intercambiava as diversas posições sociais, não havendo, segundo Velho (1981:72), uma diferenciação ocupacional evidente (Velho 1981:72). Esta intercambialidade sendo facultada, sobretudo, pela própria sazonalidade das atividades.

A partir dos anos 50, com maiores garantias asseguradas aos arrendatários de castanhais, verificam-se simultaneamente o aceleração do processo de concentração das terras arrendadas, o aumento de investimento para a exploração dos castanhais, bem como uma diminuição da mão-de-obra empregada, o que vai tornando a atividade agrícola cada vez mais importante. Contribui ainda para um incremento da agricultura de subsistência a expansão camponesa no Maranhão que prosseguiu em direção a esta área do Tocantins, repetindo o caminho tradicional já percorrido pelos “maranhenses” nos anos 20 e 30, conforme Velho (1981:99). A grande extensão de terras devolutas, combinada com a existência de ocupações alternativas parece ter sido, conforme Velho (1979:199/200) o motivo principal para a fixação desses indivíduos que viriam a constituir a “vanguarda da expansão camponesa” nesta região.

Esta situação de “terras devolutas” é sempre evocada pelos camponeses da região com uma valoração positiva, sobretudo quando comparada com a regularização fundiária, que seria desencadeada através do Estado do Pará, nos anos sessenta, e através do INCRA, nos anos setenta, à qual imediatamente seguir-se-ia a “chegada da ELETRONORTE”. De acordo com estes camponeses, não havia “proprietário de terra”, a terra não tinha “dono” e nem sequer se “vendia os direitos” - expressão utilizada regionalmente para expressar o trabalho incorporado à terra e que confere legitimidade à apropriação.

Comparando a situação atual - 1989 - com aquela situação anterior de grandes extensões de terras devolutas, o Sr. “D.”, que permanece na região desde 1949, coloca:

“(...) antes da ELETRONORTE chegar aqui não se falava em vender nada. E nem tinha quase proprietário de terra, né. A terra era toda do Estado. Qualquer canto que você queria trabalhar você trabalhava. Depois...

P. - Era do Estado do Pará?

R. - Era do Estado do Pará. Terra do Estado. Qualquer lugar que você chegava num castanhal, você tirava castanha, vendia prá quem quiser. Depois que foi surgindo, depois arrendando, fazia aquele arrendamento. Vou arrendar aqui 6 Km... Ia fazer uma petição, ia lá pro governo do Estado eles passavam, eles trabalhavam naquela área dois, três, quatro anos aí ele... tirava o documento. Como dono. Foi assim. Assim foi que foi surgindo. Mas antes, quando eu cheguei não tinha um, um dono de terra. Eu cansei de dizer... porque quando eu vim do Maranhão, prá lá a terra já era toda de dono, né. Eu cheguei aqui, eu digo:

- Rapaz, aqui é uma beleza, é só na lei do aqui é nosso.

Você bota uma roça, e diz: não, aqui é nosso.

Ia tirar castanha, tava tirando, até nego chegava:

- não, aqui não tem jeito não, aqui é nosso.

Isso um dia vai acabar aqui, esse negócio de aqui é nosso... E já acabou.

P. - Mesmo as roças não tinham dono?

R. - Não tinha dono. Você botava onde queria. Às vezes tava brocando num lugar, outro chegava ia botar a roça bem aqui. Às vezes o dali dizia:

- Mas rapaz, você veio botar bem aqui?

- Meu amigo, aqui é nosso.

Se até os anos 50, a fixação se dava ao longo do Rio Tocantins, nas ilhas, ao redor dos lagos, ou, ao longo da Estrada de Ferro Tocantins, que seguia o traçado do Rio, a partir de então a tendência é para a fixação na floresta, no “centro”, ainda que em lugares próximos a igarapés e lagoas, não obstante a persistência da combinação das atividades de caça, de pesca, de extração vegetal e mineral, (Velho 1979:100). Assim, “vai-se criando uma agricultura de terra firme” (Velho 1979:99) e os povoados surgiriam, em regra, pelo estabelecimento de famílias aparentadas num mesmo local e tornar-se-iam em locais privilegiados para residência, caracterizando a separação do local de trabalho - a roça, do local de residência - o povoado. Ou seja, o crescimento dos povoados tornava a área disponível em suas proximidades escassa, facultando cada

vez mais a penetração em direção ao “centro”, onde se encontravam “as terras desocupadas”, (Velho 1979:101)¹².

Este padrão de ocupação que permaneceria inclusive a partir dos anos 60, após a abertura de estradas rodoviárias na região, segundo Velho (1979), “consistia de indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d’água (igarapé) ou pequena lagoa (...). Por vezes o indivíduo mantinha-se extremamente isolado, a dias de distância de outro morador ou de um aglomerado (...). Outras vezes, as distâncias eram menores, e em alguns casos formavam-se comunidades rurais. Essa maior ou menor proximidade dependia da existência da terra desocupada, mas também da maior homogeneidade do terreno quanto a suas qualidades e da existência próxima de um castanhal de servidão pública (...). A medida que um aglomerado ‘pega’, ou seja, de fato demonstra que tem condições de se expandir, (...) outros moradores, que estão isolados na mata em torno, deslocam-se para lá, podendo mesmo serem esvaziados outros aglomerados menores, especialmente se estiverem bem próximos (...). Assim, a partir de certo ponto por vezes as terras do indivíduo já não estão tão próximas ao local de residência (...). Essa ‘separação entre local de residência e de trabalho’ torna-se mais freqüente à medida que chegam novos migrantes e só existem terras não ocupadas adiante (...). Quando podem, os moradores mais antigos colocam alguém na roça - geralmente um recém vindo - e se deslocam constantemente. Ou, então, ficam na roça e mantém a família no aglomerado, para onde se deslocam nos fins de semana” (Velho 1981:100/101).

A consolidação do campesinato acabaria por, juntamente com outros fatores, alterar o perfil sócio-econômico desta região, que na década de 50 registrou um incremento demográfico de mais de 60% (Velho 1981:12). Esta mudança de perfil viria a se consolidar com as chamadas “grandes transformações” que se iniciam a partir da década de 60 com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com a expansão da pecuária e a abertura de estradas; e, que se efetivam nos anos 70 com o Plano Viário e o Programa Integrado de Colonização, que lhe é simultâneo, levado a cabo pelo INCRA.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, concebido na Constituinte de 46, começa a ser implementado em 1953 com a criação

¹² Sobre a penetração camponesa em direção ao “centro”, ver Velho (1979:203/205), notadamente a análise feita por este autor sobre as categorias “centro” e “beira”.

da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mas, no que diz respeito a esta região parece estar atrelado, ainda, aos objetivos da economia de base extrativa. No Programa de Emergência elaborado pela SPVEA, em 1954, o destaque para a Bacia do Araguaia-Tocantins¹³ aparecerá apenas nos planos relativos a transporte - contemplando dotações para a Estrada de Ferro Tocantins (substituição de dormentes e aquisição de material destinado à remodelação de vagões e de locomotivas); e, para a construção das estradas Jatobal - Marabá e Tocantinópolis - Araguatins, que, assim, comporiam o sistema rodo-ferro-fluvial do Tocantins (Meira Mattos 1980:195). Isto é, o destaque será dado à conhecida "rota da castanha".

Nos estudos previstos sobre o potencial mineral da Amazônia, presentes no Plano, não há nenhuma menção a esta região (Meira Mattos 1981:200). No que diz respeito à geração de hidreletricidade, também não se observa nenhum plano quer para o Rio Araguaia, quer para o Rio Tocantins. Nas décadas de 50/60, encontram-se estes Rios ausentes, inclusive, do Programa dos "grandes lagos" sul-americanos (sistema supra-nacional de grandes barragens para a América do sul), elaborado, em 1966, pelo Instituto Hudson, nos Estados Unidos (Valverde & Freitas 1980:109).

Não obstante, na própria concepção de "Valorização da Amazônia", entendida como "obra política, visando a integração territorial, econômica e social da região, estavam previstas "a exploração das riquezas energéticas e minerais" e "particular atenção à criação de vias de comunicação fluviais entre a Amazônia e o Centro e o Nordeste brasileiros". No início dos anos 60 (Laraia & Matta 1979:99), o governo federal havia projetado "a construção de uma barragem na cachoeira de Itaboca, com a finalidade de regularizar a navegação no rio e a produção de energia elétrica para toda a região e norte de Goiás. Em novembro de 1962, técnicos faziam o levantamento topográfico da área". De acordo com Magalhães (1982:178) a idéia de se construir uma barragem no trecho da Cachoeira de Itaboca não é recente, assim como data do período pombalino o ideal de tornar navegável este trecho do Rio Tocantins e outros que possibilitariam a navegação franca unindo os Estados do Pará e de Goiás.

¹³ Há dificuldade em delimitar a partir destes programas a região do Médio Tocantins, até então absolutamente delimitada geograficamente pelo trecho do rio e economicamente pela atividade extrativa da castanha. Os textos oficiais, a partir de 1970, referem-se ora à microrregião, ora ao Vale do Tocantins, ora à Bacia Araguaia-Tocantins. Esta última delimitação se consolida a partir dos anos 80 com o Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins/PRODIAT.

De todo modo, para a região do Araguaia-Tocantins os trabalhos da SPVEA resultariam na construção da Rodovia Belém-Brasília, em alguns financiamentos industriais e na “modernização” do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), resultados muito aquém dos seus objetivos, de acordo com o que se pode depreender da avaliação do seu novo superintendente em 1964 - “uma instituição fracassada e desorganizada, incapaz de cumprir suas obrigações como órgão de desenvolvimento sócio-econômico da região” (Mahar 1978:20).

Os objetivos relativos à “exploração das riquezas energéticas e minerais”, à implantação de uma malha viária, e ao “desenvolvimento agrícola” (Oliveira 1983:269) esboçados nos planos da SPVEA, consolidar-se-ão apenas a partir da segunda metade da década de 60 com a “Operação Amazônia” e a criação dos “Planos de Desenvolvimento” que seriam então capitaneados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A estratégia geo-política e econômica¹⁴ traçada pela “Operação Amazônia” teria resultados significativos para a região do Araguaia-Tocantins. Em primeiro lugar, pela implementação do Plano de Viação Nacional, pelo peso dos investimentos em pesquisa sobre os recursos naturais, com a implantação do projeto RADAM (Radar da Amazônia), do Ministério das Minas e Energia, pela criação do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, também deste Ministério, e pela ênfase nas atividades agro-pecuárias e industriais (Cardoso & Muller 1978:115/132); em segundo lugar, pelo não incentivo às atividades extrativas vegetais e às atividades comerciais, fundamentais na área até esta data¹⁵.

¹⁴ Sobre as políticas públicas para a Amazônia, a partir do Plano de Integração Nacional, há uma vasta bibliografia que focaliza os dois aspectos que lhe são subjacentes, o geopolítico e o econômico, ver por exemplo Martins (1980, 1984) e Ianni (1979, 1979a, 1981).

¹⁵ SUDAM: Distribuição Setorial Projetada das Despesas de Investimento em Planos de Desenvolvimento Regional 1976 - 1979.

Setores e Subsetores	I Plano Quinquenal 1969/71	I Plano Diretor 1968/70	IPDAm 1972/74	IIPDAm 1975/79
Extrativ.	0.1	0.1	0.0	0.5
Lavoura e Pecuária	16.4	24.3	1.9	11.7
Mineração	-	-	-	15.4
Indústria	12.6	13.4	0.0	13.0
Transporte	40.5	25.8	50.8	19.1
Desp. Gov. e Comércio	1.3	-	0.1	1.3

Fonte: Extrato da Tabela SUDAM: Distribuição Setorial... (Mahar 1978:27).

Os resultados desta estratégia serão visualizados na região do Araguaia-Tocantins sob a forma dos seguintes empreendimentos:

- construção da Rodovia Transamazônica (Br-230) e de seus ramais de interligação, como a BR-422 que liga Tucuruí a esta Rodovia; e, a construção da PA-70, ligando Marabá à Rodovia Belém-Brasília;
- Programa de Regularização Fundiária e o Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), no âmbito do Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA);
- o Projeto Ferro Carajás;
- e, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

As conseqüências destes empreendimentos para a região como um todo e para o campesinato em particular são várias, estando registradas na literatura, principalmente, o intenso fluxo migratório, a constituição de grandes fazendas, e a regularização fundiária, inicialmente através de órgãos do Estado do Pará, ou, mesmo das Prefeituras Municipais e, posteriormente, através do Governo Federal com a criação do INCRA.

O intenso fluxo migratório resultaria, por um lado, em um incremento demográfico de 89.7% na década de 60 para a microrregião de Marabá (Velho 1981:148). Por outro lado, significaria um outro processo social de constituição do campesinato na região do Médio-Tocantins. Através do INCRA, introduzia-se uma nova forma de fixação, via uma outra forma de relação com a terra - a relação jurídica, ao decidir tanto sobre a legalização da situação de posse então existente, quanto sobre a venda de títulos definitivos da propriedade da terra a camponeses especialmente trazidos para a efetivação da colonização, ou, mesmo vindo provisoriamente como assalariados para a construção da Rodovia Transamazônica e que permanecem nesta região. Com lotes de 100 ha vendidos pelo INCRA, estes camponeses dispunham de acesso ao crédito bancário, assistência técnica e distinguir-se-iam frente aos camponeses mais antigos na região exatamente por esta trajetória que lhes assegurava uma relação diversa com um órgão de Estado e com a terra. São denominados pelo órgão colonizador e se auto-denominam colonos; isto é, fazem parte do programa de colonização oficial e, em princípio, não partilhavam daquela diversificação ocupacional acima referida, concentrando-se na atividade agrícola. São sobretudo camponeses com uma história anterior de expulsão da terra, que vão para a Amazônia na tentativa de assegurar a sua reprodução enquanto camponeses (Ianni 1979).

Embora não se tenha dados precisos sobre a regularização fundiária para os moradores na região, sabe-se que em 1971 a maioria das 200 famílias instaladas no Plano Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá) já era residente na própria área (Velho 1981:154-155), embora não fosse prioridade do INCRA atender a esta população. Em 1974, do total de 1.405 famílias instaladas no referido PIC, cerca de 62% eram famílias ou já moradoras na região ou famílias que ali se instalaram, independentemente de um controle prévio do INCRA, (Ianni 1979:72-73). Conforme dados de 1973, os colonos assentados no PIC-Marabá, trecho de Itupiranga, isto é, no trecho que foi parcialmente inundado pelo reservatório de Tucuruí, seriam originários principalmente do Nordeste (52%), da região Centro-Oeste (24.7%), e da própria região Norte (17.7%). E, embora não esteja indicado se a área de origem está referida ao local de nascimento, ou, à área de última residência, pode-se supor, pelo percentual indicado para a região Norte e pela importância da expansão camponesa maranhense e goiana nesta região tocantina, que não foi tão inexpressiva a regularização fundiária para os moradores locais.

Mas, se em 1974 havia 1.405 famílias instaladas no PIC-Marabá, o que parece ter havido é um afluxo significativo de pessoas que não passavam pelo controle do INCRA e que se instalaram na região, conforme se pode depreender do que coloca Ianni (1979:72-73): "Há, no entanto, já radicado na área do PIC, sem o devido controle do INCRA, um contingente populacional superior à metade de assentamento previsto para 1975". Os dados de campo também apontam nesta direção. E, neste caso, tratar-se-ia, pelo que foi possível até agora concluir, de:

a) vinda definitiva de pessoas que antes migravam sazonalmente, tal como o caso do Sr. Pedro (nome fictício), abaixo mencionado, que migrou em definitivo para um dos povoados localizados à beira da Estrada de Ferro Tocantins, em 1970, independentemente do Programa de Colonização:

P. - Como o Sr. veio? (para o km 56 da E.F.T.)

R. - Que morava um tio meu e eu morava... prá cima de Marabá muito e eu já tinha vindo trabalhar aí em 68. Eu trabalhei lá na castanha. Um movimento na época da castanha, né, aí eu achei que era bom, mas a mamãe queria ir embora prá Itupiranga, prá Marabá, aí eu acompanhei ela. Aí nós ficamos lá (em Marabá) trabalhando lá com os outros mesmo. Porque eu trabalhava mais assim dando serviço pro outro; depois, aí que eu cheguei lá mesmo eu disse: - vou tirar uma roça. É aí eu voltei.

- b) trabalhadores assalariados nas empresas de construção de estradas, de origem camponesa, que frente à disponibilidade de terras devolutas decide retomar a condição camponesa:

Olhe, eu praticamente o que eu posso dizer a você é que eu naquela época eu era um operador de máquina, né. (...) Então nós chegamos prá li... ali no Breu Branco, praticamente, não teve colonização; porque inclusive na época que eu cheguei lá eu perguntava de quem é essas terras? O povo dizia assim:

- não, essas terras é do Governo.

Ninguém se atinava de tirar um pedaço de terra prá eles. (...) Aí, praticamente eu fui ficando, tirei meu pedaço de terra.

(Trecho de entrevista realizada com o Sr. "M.", que trabalhou na construção de um dos ramais de interligação da Transamazônica, em 1971).

- c) tratava-se de camponeses provenientes de outros estados, parece que, sobretudo, de Minas e Goiás, que tentavam adquirir o direito de posse e aguardavam uma posterior regularização pelo INCRA.

Os senhores "D." e "M.", acima mencionados, se referem a este "grupo" como o detonador de um processo de apropriação da terra absolutamente diverso do prevalente até então. De acordo com o Sr. "M.",

(...) então eles (os camponeses mais antigos na região) tinha aquilo ali igual os índios considera as terras deles indígenas, né. Ele faz uma roça aqui, faz ali. Todo mundo faz roça onde quer. Mas só que mudou. Quando abriram essas estradas começaram a entrar uns goianos, uns mineiros, e as coisas mudou.

Uma das formas de mudança está evidenciada no trecho de entrevista a seguir, concedida pelo Sr. "D.", que morando na região desde 1949, vivenciou esta fase.

(...) Ele (o camponês mais antigo na região) tinha pelo menos uma barraquinha dentro de uma roça dele, o cara chegava:

- eu te dou 500 cruzados, naquele tempo era 500 mil réis, nessa, nessa capoeira aqui, quer?

O cara dizia:

- mas, rapaz, é um dinheirão, eu vou é vender; vou fazer outra ali na frente prá mim.

Vendia aquela, ele tomava conta daquela e tomava logo aquele pedaço prá acolá todinho, botava aquela invernada (...)

É, pois, neste contexto de oposições, conforme se pode depreender das entrevistas, que se expressam em terra de dono X terra do Estado; aqui é nosso X aqui é meu; mineiros, goianos X paraenses/maranhenses; lote X roça; enfim, num contexto de intensas transformações na ocupação sócio-espacial da região do Médio Tocantins que se inicia a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Sobre o pressuposto e a atuação da eletronorte

A ELETRONORTE se instala na área do médio Tocantins, abstraindo tanto as transformações verificadas na década de 60 e nos primeiros anos da década de 70, como também toda a história da região; portando, pois, uma determinada concepção sobre a região Amazônica e sobre a sua própria atuação que teria conseqüências significativas para a relação que estabeleceria com a população camponesa.

Uma leitura atenta de uma parte da documentação¹⁶ produzida pela ELETRONORTE revela, em primeiro lugar, uma visão sobre a região Amazônica permeada pela separação entre a “natureza” - dotada de uma “exuberante riqueza” - e a “sociedade” - que se caracterizaria por “extrema miséria”.

O texto a seguir deixa claro a dicotomia que estamos querendo salientar.

“A iniciativa (a UHE Tucuruí, em plena selva amazônica), esbarrava-se com o fator amazônico, até então desconhecido pelo homem, onde a fantasia e a realidade se mesclavam de verdades absolutas, nos contrastes apoteóticos da exuberante riqueza e extrema miséria, onde o surrealismo se confirmava de forma inequívoca, pois ali, a natureza em tudo exagerou” (ELETRONORTE 1985:1).

Esta dicotomia aparece em toda a documentação através de várias outras qualificações, onde a valoração positiva está sempre atribuída à natureza. Vejamos, por exemplo:

¹⁶ Ver referências bibliográficas

Natureza - encantos, mistérios, potencialidade tremenda, exuberante
(+) riqueza

Sociedade - atraso, povoamento escasso, miséria, carências
(-)

Esta visão dicotomizada, por sua vez, é preferencialmente expressa numa palavra - selva -. E, neste sentido, o que haveria de comum tanto para a natureza, quanto para a sociedade é o fato de serem ambas *desconhecidas*. A rigor, tratar-se-ia de uma “imensidão territorial” sobre a qual há um “nível reduzido de informações” (ELETRONORTE 1974:5).

Este desconhecimento é traduzido como um problema, como um desafio. Desta perspectiva, caberia à ELETRONORTE o papel de vencer este desafio, isto é, de explorar as “potencialidades” da natureza e transformar a sociedade; enfim, vencer a selva, como se observa nos trechos a seguir:

“Trata-se de uma região com encantos, mistérios e problemas(...). Sobre a Amazônia pouco se sabe no Brasil, além das lendas de uma região que representa, exatamente, 48% do país (...). Não é fácil administrar a energia elétrica numa área que é a metade do território brasileiro. Pior, são ilhas de desenvolvimento e civilização cercadas e envolvidas por milhares de quilômetros de selva”, (ELETRONORTE 1983a:4-5).

“O futuro da Amazônia, aliás, está entrelaçado com o próprio desempenho da ELETRONORTE naquela área, uma vez que a energia é essencial para o desenvolvimento. Mas persiste um problema imediato e visível: a Amazônia é uma região de povoamento escasso e pouco desenvolvida (...) embora guarde um enorme potencial de geração hidrelétrica. Então, planejar o futuro da Amazônia significa também planejar o futuro da ELETRONORTE” (ELETRONORTE 1983a:9).

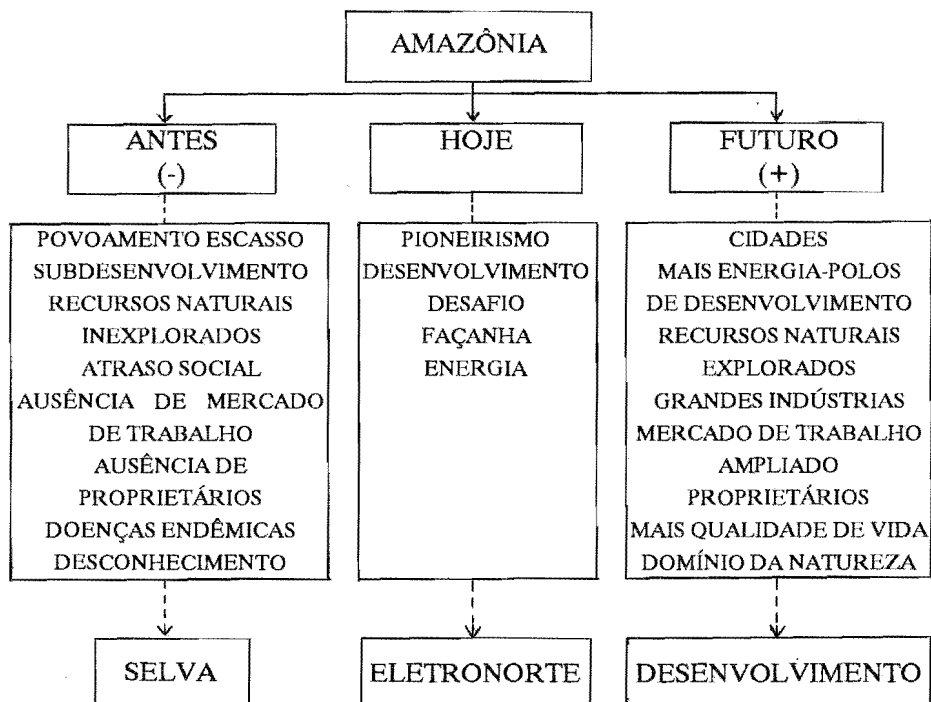
As potencialidades da natureza, no entanto, estão referidas apenas a dois recursos naturais básicos: os recursos hídricos e os recursos minerais. É, pois, através deste binômio que será promovida a transformação da sociedade. Não se trata, no entanto, de uma transformação qualquer, ou, mesmo de uma transformação gestada no interior desta sociedade. O objetivo a ser alcançado, estando previamente estabelecido, é dependente de agentes externos vinculados à exploração daqueles recursos naturais mencionados. Logo, dependente do próprio desempenho da ELETRONORTE.

O sentido da transformação da sociedade é apontado em direção a uma situação caracterizada por - “grandes indústrias e novos empregos” - que proporcionariam, naturalmente, “mais qualidade de vida”, “mais educação”, “maior formação profissional da população”.

Deste ponto de vista é que a ELETRONORTE afirma:

“Energizar significa desenvolver. E a Região Norte tem sede de crescer com desenvolvimento. Aqui existe uma necessidade premente de mais indústrias, novos empregos, escolas, hospitais, meios de transporte e comunicações e, sobretudo, do aproveitamento dos incomensuráveis recursos naturais existentes, em prol de, aproximadamente, 14 milhões de brasileiros residentes nesta região e que têm o direito de conquistar os benefícios já alcançados pelas demais áreas do país”, (ELETRONORTE s.d.).

Uma primeira aproximação a que podemos chegar, sobre o pressuposto da ELETRONORTE em relação à Região Amazônica e a sua atuação pode ser expressa no seguinte diagrama:



Como está evidenciado no diagrama, a ELETRONORTE intervém na Região como ator, outorgando-se o papel principal na promoção do desenvolvimento, orientando, portanto, o sentido da transformação.

Mas, tomemos ainda uma das avaliações da empresa sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, na qual pode-se visualizar os termos do diagrama com maior concretude:

“Tucuruí tem, portanto, um charme especial. Trata-se de um gigantesco canteiro de obras, implantado no meio da selva. Há dez anos apenas, o município de Tucuruí mal chegava a oito mil habitantes e já entrou para a história a época em que a cidade, então um pacato porto fluvial, vivia da castanha. Agora, a cidade tem vida própria.” (ELETRONORTE 1983a:08).

De posse desses elementos podemos voltar ao que foi dito anteriormente, ou seja, que esta concepção da ELETRONORTE era importante ser explicitada, na medida em que tem conseqüências significativas para a forma como vai ser apreendida a existência dos camponeses.

Uma primeira conseqüência que pode ser assinalada está diretamente vinculada à noção de sociedade, notadamente no que se refere às (des) qualificações de “vazio demográfico” e de “atraso social”, na medida em que ela autoriza a negação e a não previsão de qualquer reação que pudesse advir da população, a priori considerada como numérica e socialmente insignificante, principalmente porque pobre e endemicamente doente.

Vale dizer, entretanto, que esta visão não é inovadora e esteve sempre associada, conforme já destacado por Velho (1979:194)¹⁷, a outras políticas públicas anteriormente direcionadas para a Região, igualmente ancoradas no pressuposto de que se tratava de uma Região secularmente estagnada, mais precisamente, uma “mata virgem” estatisticamente comprovável por apresentar baixos níveis tanto de atividade econômica, quanto de densidade demográfica. A rigor, este tipo de visão parece ter sido uma marca característica das intervenções estatais na Amazônia desde o Estado Novo. Ainda de acordo com Velho (1981:148), esta preocupação com o preenchimento dos “espaços vazios entre as ‘ilhas econômicas’ que formavam o Brasil, também parece ser

¹⁷ Velho (1981:194) referindo-se, em 1974, às políticas públicas implementadas na região Amazônica a partir dos anos 60 e salientando as pré-condições existentes para que tais políticas lograssem resultado, assinala que a “mitologia oficial” prefere apresentar tais políticas “como uma espécie de manifestação de um heroísmo civilizador que praticamente transforma a natureza bruta em cultura”.

um reforço do tema autoritarista clássico da 'unidade nacional', da 'integração' (...) Era também consistente com a idéia popular de que o Brasil era rico em recursos não aproveitados cuja existência lhe garantia ser 'o país do futuro'.

Mas, se esta tem sido uma visão prévia e sobretudo justificadora dos chamados programas governamentais para o desenvolvimento da Região Amazônica, há uma especificidade a ser registrada em relação à ELETRONORTE que é o fato desta concepção estar acoplada à necessidade de apropriação/desocupação do espaço. Assim, no caso da ELETRONORTE, os supostos "vazio demográfico" e "atraso da região" serão ainda reforçados por levantamentos que, por estarem atrelados aos objetivos próprios da empresa, acabarão por quantificá-los e através desta quantificação chegar-se-á a uma espetacular inversão da realidade. Isto é, o pressuposto da ELETRONORTE na área de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí será reforçado por informações providas de dois levantamentos básicos:

- "estudos iniciais da ocupação espacial das terras", realizado no período compreendido entre 1974 e 1976, indispensável à execução da desapropriação;

- e; "estudo das condições sócio-econômicas da área do reservatório da UHE de Tucuruí", em 1979¹⁸, que contemplou a população residente nos povoados, ou, de acordo com a ELETRONORTE, em "núcleos urbanos".

Estes levantamentos que estão, pois, inextricavelmente ligados às necessidades da empresa, especificamente àquelas relativas à desapropriação, isto é, relativas à necessidade de liberação da área para inundação, desembocarão, do ponto de vista da análise aqui desenvolvida, em alguns resultados importantes, conforme veremos a seguir.

No que diz respeito aos "estudos iniciais da ocupação espacial das terras", um dos primeiros resultados a que chega a ELETRONORTE é a ausência quase generalizada da propriedade privada da terra. De acordo com EN (s/d-b) a área era em "sua maioria constituída de terras devolutas com baixos índices de ocupação, totalmente jurisdicionada à União através do INCRA, em decorrência do Decreto Federal nº 1.164/71. As ocupações rurais existentes, com exceção do Programa Integrado de Colonização Marabá (INCRA), localizado ao longo da BR-230 (...), eram na sua quase totalidade, representadas por posses

¹⁸ Há um outro estudo realizado, sob encomenda da ELETRONORTE, por Goodland (1977), mas não o encontramos referido no material da ELETRONORTE que trata sobre a população camponesa; ver Magalhães (1988).

exercidas em terras devolutas (...) ainda não programadas para regularização fundiária pelo INCRA.”

Informações semelhantes encontram-se também em ELETRO-NORTE (1974:70) que, se utilizando de dados cadastrais do INCRA de 1972, identifica para toda a microrregião de Marabá 81% dos “estabelecimentos” como “ocupações”, isto é - “exploração de terra alheia a título gratuito, com ou sem o consentimento do proprietário”. O número de “proprietários”, isto é “donos, usufrutuários, foreiros e enfiteutas”, não ultrapassava a 8,5%. Em termos de “área ocupada” a relação era de 46,7% para os “ocupantes” e 13,6% para os “proprietários”.

Estes primeiros resultados seriam ainda confirmados em 1978, quando, através do INCRA, procedeu-se à discriminação das terras que seriam inundadas pelo Reservatório. Nesta discriminação, foram identificadas naquela área: as Reservas Indígenas Parakanã, Pucuruí e Gavião da Montanha; terras de propriedade do Ministério da Aeronáutica; terras devolutas da União, em conformidade com o Decreto 1.164/71; terras arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA para fins de colonização e regularização fundiária; terras então de propriedade da ELETRONORTE (67.500 ha) advindas do partilhamento do acervo da extinta Estrada de Ferro Tocantins; os títulos de aforamento expedidos pelo Estado do Pará, com finalidade de extrativismo; terras tituladas ao particular até o limite legal de 3.000 ha, mediante procedimento de regularização fundiária; Projeto Integrado de Colonização Marabá; e, ocupações de terras devolutas da União sob regime de “mera posse”, garantidas por Lei, em decorrência da morada e da cultura permanentes ELETRONORTE (s/d-b).

Do ponto de vista da empresa estatal, este resultado da ação discriminatória, e os outros acima mencionados, que confirmavam a ausência quase generalizada da propriedade individual/formal da terra, antes de ser visto como revelador de um traço específico da estrutura fundiária e econômica do Estado do Pará, que até meados dos anos 60 não priorizou a regularização da propriedade¹⁹, parece ter sido exatamente um dos

¹⁹ Sobre uma cronologia da Legislação de Terras no Pará, ver Silva & Oliveira (1986:45-53). Conforme estes autores, até o início dos anos 60 a legislação de terras no Estado era pouco efetiva, concentrando-se os dispositivos no trato das questões de uma economia de base extrativa. A prática tradicional do arrendamento e do aforamento parece ter sido um dos fatores de inibição da aquisição de propriedades particulares, ver Laraia (1979:94). A partir de meados dos anos 60 e com a crescente federalização das terras estaduais, que se inicia em 1971, a situação dominial da terra sofre profundas alterações instituindo-se inúmeras dúvidas sobre as “situações jurídicas constituídas” e uma “complicada e discutível base cartorial”. Ver Pinto (1980:128/130) a situação que se instaurou quando a partir do Decreto-Lei 1.164/71 todas as titulações feitas pelo Estado na área que passara a ser de domínio da União foram submetidas à legislação federal.

reforçadores das pré-noções sobre os índices demográficos e de desenvolvimento sócio-econômico da Região. Em conseqüência, parece também ter encorajado o objetivo da empresa de redução dos custos do processo de desapropriação da área e, sobretudo, o procedimento autoritário (facultado também por uma conjuntura política autoritária) que comandou o processo de desapropriação (Magalhães 1988). Isto é, em vez de tratar a questão da inexistência da propriedade jurídico-formal da terra como um problema, numa região que estava atravessando forte processo de transformação, conforme mencionado, converteu a questão em um elemento somatório para a desqualificação e, ou, negação da existência da população camponesa da região, sendo ressaltados apenas os portadores de títulos definitivos de propriedade, à época recém-expedidos pelo INCRA. Em outras palavras, a ausência de proprietários foi convertida em ausência de camponeses.

Assim é que por este processo de apreensão da realidade, chega a ELETRONORTE a afirmar em 1981, em publicação trilingüe distribuída durante o XIV Congresso Internacional de Grandes Barragens, que:

“O padrão de ocupação da terra na Amazônia apresenta-se, tradicionalmente, ao longo dos rios e em pequenos núcleos urbanos. No trecho a ser ocupado pelo Reservatório de Tucuruí existem cerca de 8.000 habitantes com aproximadamente 80% vivendo em áreas urbanas (...) depois de realizarem-se estudos e levantamentos detalhados dos aspectos sociais e econômicos.” (ELETRONORTE 1981:n/p)²⁰.

O segundo levantamento mencionado - “estudo das condições sócio-econômicas da área de influência do Reservatório da UHE Tucuruí”, de acordo com ELETRONORTE (1979), realizado, pois, após o

²⁰ Conforme o Ministério do Interior (Brasil... 1982:59), os dados populacionais dos municípios de Jacundá, Tucuruí, Itupiranga, parcialmente inundados pelo Reservatório, eram os seguintes:

MUNICÍPIOS	1970			1980		
	POP. URB.	POP. RUR.	TOTAL	POP. URB.	POP. RUR.	TOTAL
Tucuruí	1.677	8.244	9.921	27.277	34.042	61.319
Jacundá	549	1.679	2.228	283	14.597	14.880
Itupiranga	1.421	3.925	5.346	2.813	12.830	15.643
TOTAL	3.647	13.848	17.495	30.373	61.469	91.842

População Rural em 1970 - 79,2%

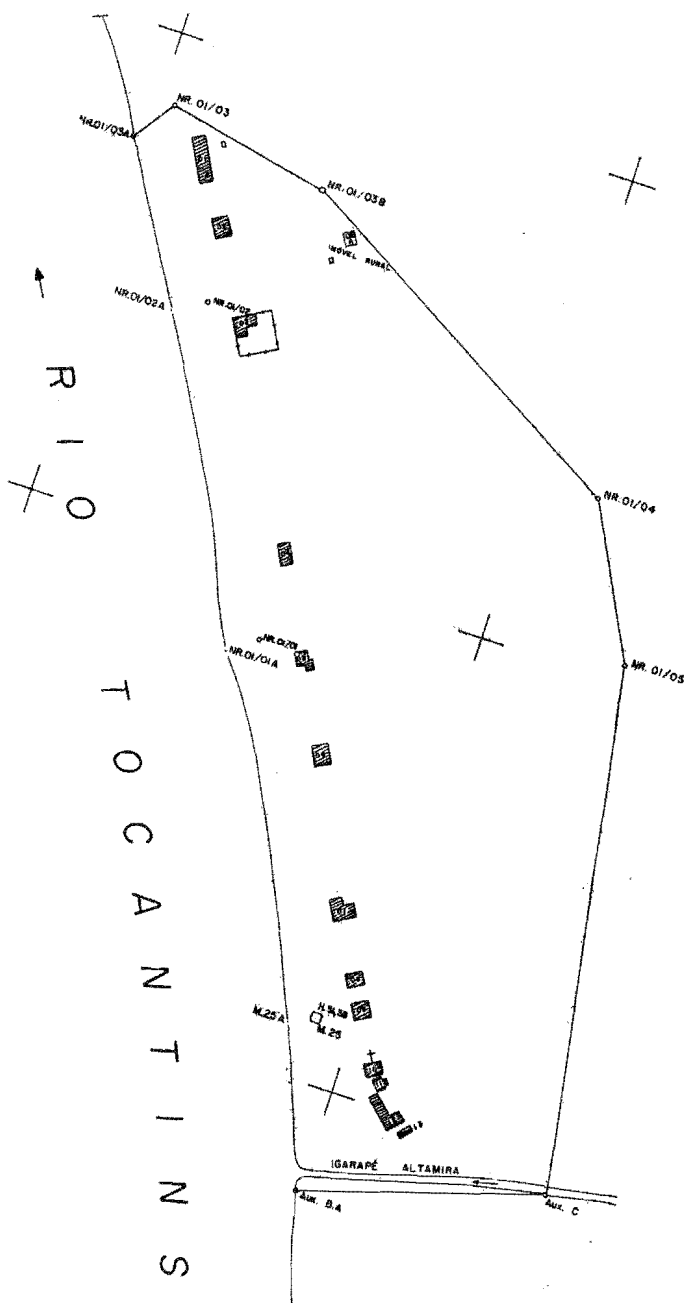
População Rural em 1980 - 66,7%

“conhecimento” daqueles dados sobre o “padrão de ocupação da terra” considerará os *povoados* que tanto nesta área, de acordo com o que vimos, como em outras regiões da Amazônia (Wagley 1979), tem sua existência decorrente exatamente do padrão de expansão e de ocupação camponesas, como “núcleo urbano”. Proceder-se-á, pois, à investigação nestes povoados através de indicadores presumidamente urbanos, tais como: socialização, lazer, distribuição de renda, estrutura ocupacional, etc. Tais indicadores, guindados à categorias de análise, são ainda considerados universalmente aplicáveis, sem qualquer preocupação com possíveis determinações sócio-culturais que pudessem lhes atribuir alguma especificidade. Assim, categorias analíticas como “renda bruta per capita mensal”, que tem o seu valor heurístico em determinados contextos da economia capitalista são acrítica e abstratamente utilizadas para classificar uma economia camponesa, na Amazônia.

Os resultados deste tipo de encaminhamento analítico podem ser vistos, a título de ilustração, tomando os indicadores e os números obtidos pela ELETRONORTE em relação a um destes povoados de ocupação camponesa, analisado como “núcleo urbano”.

ALTAMIRA

- povoado localizado à beira do Rio Tocantins (v. planta abaixo).
- NÚMERO DE DOMICÍLIOS: 14 (ELETRONORTE 1979:22)
- RELIGIÃO: 100% católica (ELETRONORTE 1979:29)
- SOCIALIZAÇÃO DOS HABITANTES: 100% *urbana* (ELETRONORTE 1979:45) grifos meus.
- TEMPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL: 100% mais de 5 anos, sendo que 50% residia no local há mais de 10 anos (ELETRONORTE 1979:54); “quase todos os habitantes ligados entre si aparentemente por laços de parentesco e de aliança” (ELETRONORTE 1979:288).
- UNIDADES FAMILIARES QUE SOFRERAM ESCASSEZ: nenhuma (ELETRONORTE 1979:56)
- RENDA BRUTA PER CAPITA MENSAL: 84,6% até meio salário-mínimo regional e 15,4% até um salário mínimo regional (ELETRONORTE 1979:89)
- CONDIÇÃO PROFISSIONAL DO CHEFE DA UNIDADE FAMILIAR: 100% *autônomo* (ELETRONORTE 1979:101) grifos meus.



POVOADO DE ALTAMIRA
Fonte: ELETRONORTE/BASEVI - TUC-RVT-009
Levantamento Cadastral do reservatório de Tucuruí
31/7/79 - escala - 1:2.000

- ÁREA DA RESIDÊNCIA: 100% de 41 a 50 m² (ELETRONORTE 1979:111).
- CONDIÇÃO DE POSSE DA HABITAÇÃO: 100% próprio (ELETRONORTE 1979:116).
- QUALIFICAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES: 50% de pau a pique e 50% de taipa.
- ILUMINAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS: 100% a querosene (ELETRONORTE 1979:140).
- ELETRODOMÉSTICOS: 100% não possuem (ELETRONORTE 1979:141).
- TIPO DE FOGÃO: 100% a carvão (ELETRONORTE 1979:146).
- ALIMENTAÇÃO: 100% comem peixe regularmente (ELETRONORTE 1979:233).

Ao considerar os camponeses residentes nos povoados como “urbanos” e “autônomos”, estava implícita a desconsideração de seu padrão de ocupação tradicional que, como vimos, consistia em uma separação entre o local de trabalho - a roça - e o local de residência - o povoado. Como a roça, em regra, estava localizada em terras devolutas, ao ser caracterizada como “mera posse” deixa de ser contabilizada. Enfim, aquilo que seria o modelo básico de ocupação camponesa na região transmuta-se através da negatividade em exemplo do próprio modelo do que deveria ser, da perspectiva da ELETRONORTE, um “núcleo urbano” no interior amazônico. Consumam-se, então, os elementos constantes do diagrama, cujo resultado, neste caso específico, é a absoluta desqualificação tanto da população camponesa, quanto da Região, as quais acabam por ser através de números, percentuais, tabelas, gráficos, etc., assim caracterizadas:

- economia regional:
 - falta de uma economia de mercado, inexistência de mercado de trabalho, elevado índice de analfabetismo, atraso, urbanização incipiente;
- população camponesa:
 - falta de capacitação profissional, improdutividade, pobreza absoluta, analfabetismo e “indisposição ao trabalho provocado, sobretudo pelo altíssimo índice de doenças endêmicas tais como malária, febre amarela, tifo, etc.” (ELETRONORTE 1979:59).

Produz-se, ainda, como consequência daquele tipo de levantamento a seguinte conclusão:

“(...) 93% da população da área de influência do reservatório foram socializadas no meio urbano e apenas 7% em zona rural. Tal indicador é de suma importância, pois, é de esperar-se que em condições normais as pessoas socializadas na zona urbana dificilmente aceitarão a sua transferência para uma zona rural” (ELETRONORTE 1979:43).

Pelo exposto, observa-se que estava em jogo, a partir daquele momento, isto é, 1979, o “destino” que seria dado à população camponesa. Como população urbana desqualificada e numericamente insignificante prescindiria de qualquer programa de transferência rural.

Aliás, desde 1974 quando foram realizados os chamados “estudos de viabilidade”, a ELETRONORTE trabalhou fundamentalmente com duas hipóteses. Uma, considerada “bastante plausível”, supunha que:

um número ponderável de proprietários dos imóveis atingidos optasse pela indenização pura e simples, fato esse que poderia não justificar a adoção de um critério de relocação extensiva a toda a população envolvida na área” (ELETRONORTE 1974:125/126).

A outra hipótese, considerada “inviável econômica e socialmente”, descartava:

“o desejo de permanência em local adjacente ao atingido, o que implicaria na construção de vários e pequenos núcleos urbanos como os atuais (ELETRONORTE 1974:126).

Por último, retomemos ainda a partir do diagrama, os elementos “façanha” e “desafio” - que caracterizariam a atuação da ELETRONORTE e que se expressam, por exemplo, do seguinte modo:

“Não há no mundo obra similar (...). A construção de uma obra desse porte, nessas condições (i.é, em plena selva amazônica), sem qualquer apoio logístico inicial, a milhares de quilômetros dos principais centros industriais fornecedores constitui façanha tecnológica sem precedentes (...) Todos esses benefícios (trabalho, assistência médica, formação profissional, e educação, antes inexistentes na área), inconcebíveis

veis nessa região há menos de uma década, alcançam dezenas de milhares de brasileiros (...) mostrando a antevisão de uma nova realidade na Amazônia: a Amazônia impulsionada pela energia, explorando suas incontáveis riquezas minerais e promovendo a integração ao processo econômico produtivo de populações brasileiras aptas, assim, a desfrutar de padrões condignos de qualidade de vida” (ELETRO-NORTE 1984a:2-3).

São estes pressupostos, pois, que darão fundamento ao plano de atuação da ELETRONORTE em relação à população camponesa. Atuação que, ademais, será marcada pelo descontrole sobre as próprias variáveis consideradas “técnicas” do empreendimento, conforme mencionado no item 1, e por uma difícil situação financeira (Klein 1987; ELETROBRÁS 1987:197). Estes dois elementos parecem ter sido alguns dos responsáveis pelas sucessivas alterações do cronograma da obra e da delimitação da área que seria inundada, conforme colocado anteriormente, assim como pelos fluxos e refluxos das providências tomadas em relação aos camponeses.

Estas providências podem ser assim sintetizadas:

- a - Até 1977, quando a ELETRONORTE encomenda o que parece ser o primeiro “diagnóstico” dos “problemas ambientais da área”, estava decidido que haveria uma política de indenização e de relocação apenas para os portadores de Título Definitivo de Propriedade da Terra (Magalhães 1988).
- b - No início de 1978 foram instaurados, mediante convênio com o INCRA, as comissões de discriminação de terras (ELETRONORTE s.d.) e anunciado na região que só receberia a indenização aqueles que tivessem títulos (Energia... 1978:119). Nesta época estava prevista apenas a transferência dos camponeses portadores de títulos, isto é, dos “colonos” para outras áreas de colonização, conforme pode-se depreender de reportagens publicadas (Energia... 1978:120) e de placas afixadas em toda a área do Reservatório, pelo próprio INCRA, as quais continham mensagens como esta - “Não compre posse nem invada esta área. Ela será inundada. Só serão indenizados os ocupantes que tiverem título” (Energia... 1978; Magalhães, 1988).
- c - Em relação aos demais camponeses - a grande maioria que não detinha o título de propriedade da terra, de acordo com o que foi explicitado na própria história de constituição do campesinato na

região, a ELETRONORTE a partir de um levantamento realizado ao final de 1978/79, realiza a indenização de benfeitorias mediante uma escritura de compra e venda e se investe “nos direitos possessórios que beneficiavam essa pessoa” (FUNDAP 1988:68). Isto é, se auto-outorga dos direitos antes pertencentes aos camponeses e transforma-os, então, em “urbanos” e “autônomos”, de acordo com o que vimos demonstrando.

- d - Mas, ao final de 1978 possivelmente devido à urgência em desocupar a área até a cota de 35,00 metros, (Brasil... 1985:2) que seria atingida com o represamento parcial do rio, no início de 1979, a ELETRONORTE decide acrescentar às indenizações de benfeitorias uma “ajuda pecuniária”, mediante a assinatura de um “Termo de Desistência”. Com tal “Termo de Desistência” objetivava facilitar a saída dos camponeses da área que, àquela época, seria inundada. Ou, nas palavras da empresa, facilitar “a mudança pura e simples para locais de sua livre escolha” (ELETRONORTE 1981a:3). Embora não se tenha dados precisos, parece ter havido algum tipo de resistência em relação à aceitação desta “ajuda pecuniária” ou desta suposta “desistência relocativa” (Brasil... 1985:2). De acordo com ELETRONORTE (1981a:3), nesta época foi feito um “programa de emergência” que consistiu em, através de um Convênio com o Instituto de Terras do Pará, criar um “loteamento rural” na rodovia PA-150 que, àquele momento, estava sendo construída. Faz-se neste loteamento um programa “experimental e emergencial de casas” que ainda em 1979 seria suspenso e substituído por uma “ajuda construção”, paga parceladamente (ELETRONORTE 1981a:3). Neste loteamento dispunha-se apenas de 486 lotes de 50 ha (ELETRONORTE s.d.) e constituiu-se em única área de assentamento rural até 1983.
- e - No início de 1980, “em decorrência de fatores técnicos de implantação da barragem”, segundo Brasil... (1985:3), decidiu-se desmatar a área do Reservatório, surgindo assim mais uma situação emergencial: “a imperiosa contingência” de desapropriar a área que deveria estar liberada para que se iniciasse o desmatamento (Brasil... 1985:3).

Do que se pode depreender, em princípio, foram as próprias viscosidades da construção da Usina que impuseram à ELETRONORTE, nesta época, uma inflexão em direção a um programa de transferência. No entanto, a redefinição do cronograma da obra, neste período, cuja inauguração passara a ser prevista para o segundo semestre de 1983 (ELETRONORTE 1981), iria provocar a seguir um desaquecimento

neste processo de desocupação da área (Brasil... 1985:3) que só viria a ser retomado em 1983, após a interveniência dos camponeses sobre o ritmo e as condições da desapropriação.

Neste ínterim, isto é, no período que medeia entre 1980 e 1983, as informações disponíveis levam a supor que com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), a ELETRO-NORTE parece ter-se desobrigado em definitivo do programa de transferência dos camponeses que, de resto, havia minimizado. Por volta de 1980/81 as indenizações estavam praticamente sendo finalizadas, Brasil... (1985:3), e a “maioria da população” havia assinado o chamado “Termo de Desistência” (ELETRONORTE 1981a:3). Logo, supõe-se que do ponto de vista da empresa nada mais havia a ser feito, a não ser aguardar, até quando o cronograma da obra permitisse, a saída “voluntária” da população camponesa. O GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) intervém como “órgão colaborador para com a ELETRO-NORTE” (ELETRONORTE 1982b:4); e, como assunto de sua “exclusiva competência” procede “à destinação das terras sob sua jurisdição” (ELETRONORTE 1982b:4). Registram-se como atos do GETAT, neste contexto, por exemplo, a distribuição de lotes de cinco e de dez alqueires para esta população em áreas comprimidas entre grandes fazendas; e, o presidente do GETAT solicitando que ninguém “invadisse” terra, pois, todos seriam contemplados (Barth 1982:46-47).

Esta menção à invasão de terra, por sua vez, indica que uma parcela significativa da população camponesa, a despeito de ter recebido a “ajuda pecuniária” para sair da área, permanecia no local (Brasil... 1985:4), tentando viabilizar a sua reprodução enquanto camponeses. Rejeitando, por conseguinte, o abandono da condição camponesa que lhes havia sido imposto pela empresa estatal ao tratá-los como urbanos.

Conclusão: a dança dos números...

Viu-se, no decorrer deste trabalho, que, num primeiro momento, a existência da população camponesa é abstraída a partir do pressuposto do “vazio demográfico”; num segundo momento ela é negada em razão de um desconhecimento da história da região e, por consequência, de um desconhecimento da própria constituição do campesinato; em seguida, frente ao imperativo prático de liberação da área a ser inundada ela é metamorfoseada, ao que parece, em unidade de ocupação a ser adquirida mediante a compra dos direitos possessórios, conforme anteriormente mencionado. Assim é que todos os números relativos aos campo-

neses que habitavam na área inundada pelo Reservatório são, ainda hoje, além de mutáveis, apresentados em termos de quantificação dos processos de compra de benfeitorias formalizados, quando se trata de mencionar a “população afetada”. Ou, em termos do número de lotes ou do número de casas “concedidas”, quando se trata de menção à “população relocada”.

Assim é que em 1979 a ELETRONORTE afirmava que:

“93% da população da área de influência do reservatório foram socializados no meio urbano” (ELETRONORTE 1979:43);

Em 1981 afirmava que aproximadamente 80% da população residente na área do Reservatório vivia em áreas urbanas, conforme vimos; diria, no entanto, em 1986 que:

“foram atendidas 2.337 famílias na área rural e 1.080 na área urbana, tendo sido implantados 11 loteamentos rurais” (ELETRONORTE 1986).

Aproximadamente em 1985 o “cadastramento das ocupações rurais e urbanas inseridas na área de formação do reservatório”, indicava a existência de 2.500 “ocupações rurais” e 1.688 “ocupações urbanas”, contabilizando uma população de 23.871 pessoas, sendo 14.250 da “área rural” e 9.621 da “área urbana” (ELETRONORTE 1986).

Em 1988, quatro anos após a inauguração da Usina, no “Plano de Utilização do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”, deste modo aparece contabilizada a população camponesa:

“Em fevereiro de 1988, haviam sido formalizados 3.369 processos relativos a famílias rurais e 1.662 relativos a famílias de povoados urbanos (...). Havia sido efetuadas (...) 2.539 relocações em lotes rurais e para-rurais (...) e 1.433 relocações urbanas, estando programadas outras 669 relocações urbanas e rurais”. Em termos relativos, as relocações efetivadas representavam 75% e 86% dos processos rurais e urbanos formalizados, respectivamente” (ELETRONORTE/ENGEVIX 1988:49).

Ainda em 1988, o Diretor do Departamento de Patrimônio Imobiliário da ELETRONORTE em seminário específico das empresas do setor elétrico (FUNDAP 1988:69), ao se referir à questão da transferência dos camponeses, assim o fazia:

“Eu tenho uma eterna briga com os meus assistentes porque nós nunca conseguimos fechar dois relatórios com os mesmos números. Basta eu lhes dizer que quando nós começamos a trabalhar em Tucuruí a primeira aproximação que nós imaginávamos atingir algo em torno de mil e 300 famílias, nós hoje estamos raspando (sic) as seis mil famílias (...). Os senhores vejam que nós já tínhamos: urbano - 1.396, rural - 2.420, num total de 19 mil 729 pessoas. Menos de quatro mil famílias. Hoje já estamos ultrapassando na realidade cinco mil famílias”.

Esta dança de números²¹ em relação à população camponesa que residia no trecho ocupado pelo Reservatório da Usina de Tucuruí se, por um lado, pode ser lida como decorrente das “indefinições técnicas” relativas à área de inundação, e/ou como resultado da violência analítica e prática que caracterizou a implantação desse empreendimento, é ela, a dança de números, sobretudo reveladora da interveniência de um outro ator - os camponeses - que, do ponto de vista da empresa, entra em cena inesperadamente. Entra em cena reafirmando a sua condição social e, de tal modo inesperado que a empresa a partir do momento em que esta população se impõe como interlocutor e interfere na condução do processo de transferência parece ser incapaz de contabilizá-la.

É interessante observar, entretanto, que há duas formas básicas de se mencionar os camponeses. Uma cercada de termos jurídicos - como processo, por exemplo - que supostamente evocaria um certo caráter de neutralidade, isenção e rigor que teria cercado a relação com a população camponesa. A outra forma, particularmente utilizada quando se

²¹ A rigor, não se conhece qualquer número definitivo em relação aos camponeses residentes na área inundada ou mesmo em relação aos camponeses transferidos. Em termos de pesquisa independente da ELETRONORTE, Barrow & Mougeot (1982:25 e 45,n.r.59) estimavam, com base em dados de 1980, um número aproximado entre um mínimo de 25.000 e um máximo de 55.000 pessoas, que constituiria a “população afetada”. Contrapunham estes dados a uma outra estimativa fornecida pessoalmente pelo “staff da ELETRONORTE” em julho de 1981 que previa em torno de 6.000 pessoas a população da área do futuro reservatório (área considerada = 2.160 km²).

Este número encontrado por Barrow & Mougeot se aproxima das estimativas feitas por Goodland (1977) em pesquisa encomendada pela ELETRONORTE. Este autor, considerando a mesma área inundada (1977:56), estimava àquela época uma média de 15.000 pessoas “afetadas”. Esta média foi alcançada através da construção de várias hipóteses que indicavam um mínimo de 8.500 e um máximo de 20.400 pessoas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, em 1985, concordava com os dados da COMISSÃO INTERMINISTERIAL (Brasil... 1985) que estimava em torno de 4.300 as famílias “desapropriadas”.

trata de avaliar a intervenção, assume um caráter beneficente, que abstrai a participação política dos camponeses, na qual ganham destaque expressões de doação, tais como: ajuda, destinação, benefícios, etc., como no trecho abaixo.

“Para os urbanos, destinamos, além da indenização, do reaproveitamento do material e do transporte, um lote de 360 m², com a respectiva casa, e construímos equipamentos comunitários, tais como escola, posto de saúde, subprefeitura e delegacia (...) No caso dos rurais, fizemos topografias em loteamentos previamente escolhidos, em lotes de 50 ou 25 ha. (...). Além disso, destinamos uma casa rural composta de um *Kit* de madeira, telha, ferragem, etc., e uma ajuda para a montagem da casa, (...). Há ainda o que chamamos de uma ajuda para broca e derruba (...). É uma ajuda inicial para que o indivíduo tenha condições de domar 2,4,6, ou 10 ha, normalmente 10, podendo fazer os seus primeiros cultivos, (...). Tudo isso, tentando fazer com que este indivíduo sofresse o menor impacto possível com a perda de sua antiga habitação, seu *habitat*, e o conseqüente novo local de trabalho. Bom, além desse elenco de benefícios de ordem rural, construímos as estradas vicinais, os postos de saúde, as escolas e os centros comunitários.” (ELETRONORTE 1986:200).

Mas, se esta forma concessiva de fazer alusão aos camponeses subentende as múltiplas formas de dominação que puderam ser exercidas, conforme vimos demonstrando, ela é igualmente solidária aos fundamentos do discurso legitimador que vem sendo produzido sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. É exatamente esta “concessão” de lotes, casas, etc, que é apresentada pela ELETRONORTE como o produto objetivado do desenvolvimento a nível local gerado pelo empreendimento.

Neste sentido é que esta forma concessiva prossegue em direção à consolidação de uma certa dose de legitimidade entre uma parcela da sociedade que compartilha de interesses e/ou de ideologia igualmente “desenvolvimentistas” e “transformadores”.

Mas, se pelo caminho que perseguimos, tornou-se explícita o que eu chamaria de produção eficaz de uma legitimidade externa, na medida em que a empresa estatal articula interesses e projetos de outras parcelas da sociedade; a nível da legitimidade interna, que deveria ser produzida entre a população camponesa, este discurso e a prática que lhe é solidária, a partir de um determinado momento - cronologicamente 1982 -

se fragilizam. Esta conexão positiva, na forma como é estabelecida pela ELETRONORTE, entre energia e desenvolvimento é questionada, os camponeses produzindo alguns acontecimentos significativos. Como por exemplo, realizam concentrações públicas reunindo até duas mil pessoas, provocam a constituição de uma comissão interministerial, articulam reivindicações objetivadas em documentos e atas de reuniões; e, em alguma medida conseguem entre determinados setores da sociedade polemizar os fundamentos da legitimidade da intervenção estatal.

As condições sociológicas que fundamentam estas iniciativas políticas dos camponeses são, como dissemos na introdução, o objeto de trabalho de mais longo alcance. Este texto reflete, pois, um determinado momento desta reflexão. Com esta limitação, entretanto, espera-se que o “caso Tucuruí”, tal como aqui analisado, tenha contribuído para desmistificar a aparente neutralidade “técnica” que está em jogo quando se trata do exercício da dominação de um grupo sobre o outro; e, ou, tenha fornecido alguns elementos para se pensar sobre o exercício do poder do Estado, especialmente quando está em pauta a relação entre o Estado e o campesinato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA DE OLIVEIRA, A. L. 1941, *O Vale Tocantins - Araguaia possibilidades econômicas, navegação fluvial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- BARROW, C. & MOUGEOT, L. 1982. *River basin development in Brazilian Amazonia: a preliminary appraisal of the Araguaia-Tocantins*. mimeografado.
- BARTH, R. 1982. *Tucuruí: uma hidrelétrica gerando morte*. Salvador. (Cadernos do CEAS, 82).
- BRASIL. Comissão Interministerial. 1977. *Relatório da Comissão designada pela Portaria Interministerial, nº 0324, de 22 set*. Brasília. mimeografado.
- BRASIL. Comissão Interministerial. 1985. *Relatório e Dossiê, anexos à CIT 001/85 de 29 ago. encaminhado aos Ministros de Estado da Justiça das Minas e Energia e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário*. Brasília. mimeografado.
- BRASIL. Ministério do Interior. 1982. *PRODIAT Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia - Tocantins*. Brasília.
- CARDOSO, F. H. & MULLER, G. 1978. *Amazônia: expansão do capitalismo*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.
- COUDREAU, H. 1980. *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 177p. (Coleção Reconquista do Brasil, 60).

- DIAS, C. V. 1958. Marabá. Centro Comercial da Castanha. *Rev. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 20 (4).
- DIAS, C. V. 1959. Aspectos Geográficos do Comércio da Castanha no médio Tocantins. *Rev. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 21 (4):517-531, out./dez.
- DIAS, C. V. 1969. Amazônia Brasileira: Problemas de subpovoamento. *Amazon. Bras. Foco*. Rio de Janeiro, 3:9-25.
- EMMI, M. 1988. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém, Gráfica e Editora Universitária. (Coleção Igarapé).
- ELETRONORTE, 1984 a. *A Usina de Tucuruí e sua importância na realidade Brasileira*. Palestra proferida pelo eng. Douglas Aniza Luk, presidente da ELETRONORTE, visita do Estado Maior das Forças Armadas. Tucuruí, 7 e 8 mai.
- ELETRONORTE, 1986. *UHE Tucuruí; Folheto Informativo*, jun.
- ELETRONORTE, 1988. *UHE Tucuruí, Plano de utilização do Reservatório. Caracterização e diagnóstico do Reservatório e de sua área de influência, TUC. 10.26346RE. Texto*. Engevix/Themag Engenharia, v. 1.
- ELETRONORTE, 1988a. A Experiência de Tucuruí. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1. Anais. 2. São Paulo. ELETROPAULO/Dept^o Patrimônio Histórico.
- ELETROBRÁS. 1986. *Manual de estudos de efeitos ambientais dos sistemas elétricos*. Brasília, 54p. mimeografado.
- ELETROBRÁS. 1987. *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Plano 2010. Relatório Geral*. Brasília, v. 1 e 2. mimeografado.
- ENERGIA. Tucuruí avança. 1978. *Veja*: 119-120, 13 set.
- FUNDAP. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. 1988. *A experiência brasileira de planejamento de populações afetadas por Usinas Hidrelétricas*. São Paulo. mimeografado.
- GOODLAND, R. 1978. *Environmental anessment of the Tucuruí Hydroprojet rio Tocantins, Amazônia, Brazil*. Brasília, Eletronorte, 141p. mimeografado.
- GRAÇA, G. M. G. 1989. *Demanda e produção de eletricidade no Brasil 1970. 1985*. USP. mimeografado.
- IANNI, O. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petropólis, Vozes*, 137p.
- IANNI, O. 1979 a. *Ditadura e agricultura; o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1975*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 245p. (Coleção Retratos do Brasil, 131).
- ELERES, P. 1984. Tucuruí. Consumo da ilegalidade. *Liberal*, Belém, 1 nov. Caderno 1.
- ELETRONORTE. (s.d.a.) *UHE. Tucuruí*.
- ELETRONORTE. (s.d.b.) *Reservatório UHE Tucuruí. aspectos gerais*.
- ELETRONORTE. 1974. *Aproveitamento hidrelétrico de Tucuruí. Estudos de viabilidade. Aspectos sócio-econômicos, desapropriação*. dez. mimeografado.

- ELETRONORTE. 1976. *Relatório de atividades*. 1975. mimeografado.
- ELETRONORTE. 1977. *Usina Hidrelétrica de Tucuruí, editado ao ensejo da visita do Sr. Presidente da República, Hernesto Gaisel*. 17 de fev. mimeografado.
- ELETRONORTE. 1979. *Estudo das condições Sócio-Econômicas da área de influência do Reservatório da UHE de Tucuruí-Pa*. Construção e topografia Dasevi, v. 1.
- ELETRONORTE. 1981. Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. CONGRESSO DE GRANDES BARRAGENS, 14. Recife.
- ELETRONORTE. 1981a. *Carta de referência nº 1.00.0350.81 dirigida ao Bispo da Prelazia de Cametá, em 7 out.*
- ELETRONORTE. 1982a. *Carta de referência nº 1.00.234.82, dirigida ao Presidente Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em 22 jun.*
- ELETRONORTE. 1982b.
- ELETRONORTE. 1983a. ELETRONORTE 10 anos depois. In: HISTÓRIA da energia na Amazônia.
- ELETRONORTE. 1983b. *Carta de referência nº 1.00.425.83, dirigida à Comissão dos Expropriados área do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. em 11 nov.*
- IANNI, O. 1981. *A Ditadura do grande Capital*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- KLEIN, L. 1987. Bens de Capital e estado no Brasil; a implementação do programa de eletricidade. *Rev. Bras. Cienc. Soc.*, São Paulo, 1 (3).
- LARAIA, R. B. & MATTA, R. 1978. *Índios e Castanheiros; a empresa extrativa e os Índios no médio Tocantins*. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 208p. (Coleção Estudos Brasileiros, 35).
- MAGALHÃES, A. C. 1982. *Os Parákanã: quando o rumo da estrada e o curso das águas perpassam a vida de um povo*. São Paulo, USP/FFLCH. Tese de Mestrado. mimeografado.
- MAGALHÃES, S. 1988. Exemplo Tucuruí: uma política de relocação em contexto. In: AS HIDRELÉTRICAS do Xingu e os povos indígenas. São Paulo, Comissão Pró-Índio, p.111-120.
- MAHAR, D. J. 1978. *Desenvolvimento econômico da Amazônia, uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 259p. (Relatório de Pesquisa, 39).
- MARTINS, J. S. 1980. *Expropriação e violência*. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, J. S. 1984. *A Militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- MEIRA MATTOS, C. 1980. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro. José Olympio. 216p. (Coleção Documentos Brasileiros, 189).
- MIELNIK, O. & NEVES, C. 1988. Características da estrutura de produção de energia Hidrelétrica no Brasil. In: IMPACTOS de grandes projetos hidrelétricos e nucleares; aspectos econômicos tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo, Marco Zero, 199p.
- OLIVEIRA, A. E. 1983. Ocupação Humana. In: AMAZÔNIA; desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, p. 144-327.

- PATERNOSTRO, G. 1945. *Viagem ao Tocantins*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 348p. (Brasília 248).
- PINTO, L. F. 1980. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo, Hucitec.
- PINTO, L. F. 1982. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- SANTOS, R. A. O. 1980. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz, 358p. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais. sér. 1. Estudos Brasileiros, 3).
- SIGAUD, L. 1986. *Efeitos sociais de grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 116p. (Comunicação - PPGAS/MN/UFRJ, 9).
- SIGAUD, L. 1987. *Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas*. Brasília, SBPC.
- SIGAUD, L. 1988. *Mediações culturais da luta política do campesinato. Projeto de Pesquisa*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. mimeografado.
- SIGAUD, L. 1989. *O Social sob controle. Relatório de Pesquisa*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. mimeografado.
- SILVA & OLIVEIRA. 1986. A Questão Fundiária e a tenção social no meio rural paraense. *Pará Desenvolv.*, Belém (18).
- VALVERDE, O. & FREITAS, T. 1980. *O problema florestal brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 120p.
- VELHO, O. 1979. *Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. Rio de Janeiro, DIFEL.
- VELHO, O. 1981. *Frentes de expansão e estrutura agrária, estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- WAGLEY, C. 1979. *Uma comunidade amazônica; estudo do homem nos trópicos*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Recebido em 15.10.91

Aprovado em 09.03.92